

1

1 **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DA**  
2 **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MUNICIPAL (RDSM)**  
3 **PIRAQUÊ-AÇÚ E PIRAQUÊ-MIRIM**

4 Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se no  
5 auditório da Base Oceanográfica da UFES (Pontal do Piraquê-Açú, Aracruz – ES), a  
6 décima segunda Reunião Ordinária do Conselho Gestor Deliberativo da Reserva de  
7 Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim com a  
8 presença dos conselheiros: Aladim Cerqueira (Secretário de Meio Ambiente), Naiara  
9 Bitti (SEMAM), Fernando R. Lacourt (SEMTUR), Anderson Mariquito (IFES),  
10 Eleandro Batista de Oliveira (ICMBio), Maria José Magalhães (AMIP), Jhonatas da  
11 Silva Barreto (Voz da Natureza), Ana Paula Corrêa do Carmo (Instituto Peroá),  
12 Gabriel Ruschi (EBMAR), Maik dos S. C. da Hora (Hippocampus), Joceli da  
13 Conceição (APESCAL), Wellington Moura Pego (APECI), Diego Correia Simões  
14 (ASCAPI), Luciana B. Casate (SOAST), Margareth da S. Cabidelli (CICASC), Isaura  
15 S. Vieira (AGRIBOVIS) e no modo virtual Luciana Martineli (IDAF), Bruna Lara  
16 Alvarenga Barros (CEDAGRO), e como convidado Márcio Américo (Instituto Peroá).  
17 Além dos Conselheiros, presencialmente participaram da reunião Lorena Lopes  
18 Almeida (UFES-CEUNES), Mario Vinícius Condini (UFES-CEUNES), Maurício  
19 Hostim Silva (UFES-CEUNES), Maycol Hoffmam Silva (UFES), Hélia Farias  
20 Espinoza (FEST), Mônica Tognella (UFES), Vivian Pereira (ICMBio), Aloff Miranda  
21 Costa (ICMBio), Alvim Borges (UFES – PPGES), Gilton Ferreira (UFES – PPGES),  
22 Rosicleia Matos (Visitante) e dos representantes da SEMAM: Erica (estagiária),  
23 Priscilla Nobres (Assessora de Gerenciamento de Projetos). O Presidente do  
24 Conselho, Aladim Cerqueira, conferiu o quórum, e deu início a reunião às treze  
25 horas e trinta de seis minutos agradecendo a presença de todos e em especial aos  
26 convidados externos, Profa. Mônica Tognella (UFES), Prof. Maurício Hostim Silva  
27 (UFES-CEUNES) e Prof. Gilton Ferreira (UFES – PPGES). Feita essa abertura, o  
28 Senhor Aladim fez a leitura da pauta: 2- Posse dos novos conselheiros – mandato

2

3

29 2024-2025; 3- Projeto “Manutenção do Estoque Natural: Experiências  
30 Compartilhadas com a Comunidade Extrativista (ENEC)”- Profa. Dra. Mônica  
31 Tognella/UFES, 4- Minuta de Resolução de Regras de pesca nos rios Piraquê-Açu e  
32 Piraquê-Mirim e seu estuário, no âmbito da reserva de RDS; 5- Projeto “Ictiofauna  
33 ameaçada da bacia do Rio Doce e sua conectividade com a região marinha costeira  
34 adjacente” – Prof. Dr. Maurício Hostim/UFES, 6- Proposta de Plano de Manejo - Prof.  
35 Dr. Gilton Luis Ferreira/UFES e 7- Informes Gerais. Feita a leitura, deu-se início a  
36 apresentação do **Item 2- Posse dos novos conselheiros – mandato 2024-2025**. O  
37 Senhor Aladim começou agradecendo a continuidade dos membros antigos e dando  
38 boas-vindas aos novos, indicados formalmente pelas instituições representantes. O  
39 Conselheiro Ygo (IEMA), membro suplente da 1º Cadeira no Setor De Meio  
40 Ambiente, Representante do Segmento de Órgãos Públicos no período de 2022-  
41 2023, havia manifestado a intenção de participar como membro titular, vaga ocupada  
42 pela IDAF – Luciana Martinelli. Foi aberta consulta ao Conselho sobre a  
43 possibilidade de realizar essa inversão, o que foi aprovado em unanimidade. Por sua  
44 vez, a Conselheira Sheila (ASCAPÍ) passou a vaga de titular na 1ª cadeira no Setor  
45 de Catadores de caranguejo e marisqueiros, Representantes Dos Usuários Do  
46 Território para o Senhor Diego Simões, como a vaga de suplente estava ociosa, ela  
47 passou a ocupá-la, como previsto em Regimento Interno e aprovado em  
48 unanimidade pelo Conselho. Feitas essas observações, deu-se prosseguimento ao  
49 **Item 3- Projeto “Manutenção do Estoque Natural: Experiências Compartilhadas**  
50 **com a Comunidade Extrativista (ENEC)”** apresentado pela Profa. Dra. Mônica  
51 Tognella/UFES. Esta começou enumerando algumas conversas que foram  
52 realizadas com diferentes setores a fim de promover um projeto de recuperação do  
53 manguezal da RDS destruído pela chuva de granizo em 2015. Como esses projetos  
54 de restauração são bastante dispendiosos e a área atingida é muito extensa, a  
55 execução das possíveis estratégias não foram viáveis. Até que em dezembro de  
56 2022 surgiu a oportunidade de participar de um edital financiado pelo FUNBIO

4

5

57 (Fundo Nacional da Biodiversidade Brasileira) para preservação/conservação dos  
58 manguezais como local de absorção de carbono. E em novembro de 2023 saiu a  
59 aprovação oficial do projeto. Desde então, já foram realizadas duas reuniões com a  
60 comunidade local para apresentação do projeto. No momento o recurso já está  
61 disponível na FEST (Fundação Espírito-Santense de Tecnologia) que é vinculada à  
62 UFES e toda a documentação já está validada, e todo o mecanismo é feito para dar  
63 maior transparência na utilização deste recurso junto ao Conselho da RDS e a  
64 Comunidade. E parte desse contexto, é a criação de um Conselho composto por um  
65 representante da SEMAM, um do Conselho da RDS, dois da UFES, Profa. Mônica  
66 (corpo técnica) e Hélia, imediata à Profa. Mônica no projeto, e mais quatro  
67 lideranças comunitárias. Em função do período de disponibilidade de propágulos já  
68 foi iniciada parte da coleta de *Rhizophora sp.* e *Laguncularia sp.* E estes já estão  
69 sendo cultivados na Base Oceanográfica como parte de um dos métodos que serão  
70 desenvolvidos. O projeto visa desenvolver técnicas e também capacitar a  
71 comunidade tradicional para que eles também façam essa recuperação, tornando o  
72 processo menos custoso possível. Ao final de todo o processo resultará em uma  
73 publicação que será feita em comum acordo com todos os envolvidos no projeto,  
74 fazendo com que o conhecimento local junto ao científico seja transformado e  
75 divulgado a todas as pessoas que têm interesse no processo. A Profa. Mônica  
76 identificou no mapa as diferentes áreas de maior e menor degradação, e ressaltou  
77 que o projeto visa em 4 anos recuperar 200 hectares de área e que conta com a  
78 colaboração da comunidade para alcançar esse objetivo. Além de toda a  
79 recuperação está prevista a realização da batimetria do estuário e o monitoramento  
80 da vazão de água doce, que entra em consonância com o Projeto da Barraginhas,  
81 desenvolvido pela SEMAM em contrapartida no Projeto do FUNBIO, sendo algo  
82 muito pertinente na recarga de água doce na região. Ainda este mês, abril, será  
83 realizada uma reunião com as lideranças comunitárias para alinhar o cadastro de 10  
84 catadores (sendo no mínimo 4 mulheres e os demais de etnias diferentes) que serão

6

7

85 capacitados e remunerados para participar do projeto. Além disso, serão mapeadas  
86 os diferentes usos do solo no entorno da RDS (áreas de pecuária, silvicultura...). A  
87 Profa. Mônica finalizou agradecendo a receptividade do Secretário Aladim e a  
88 confiança do Conselho no desenvolvimento do projeto. A plenária foi aberta a  
89 discussão e a Conselheira Zenir (AMIP) iniciou questionando sobre a forma de  
90 remuneração dos participantes. A profa. Mônica esclareceu que será realizado por  
91 meio de cartão corporativo, que vai ser dado ao participante que poderá sacar o  
92 dinheiro desobrigando-o de dar um recibo com nome ou nota fiscal, o que muitas  
93 vezes faz com que o pescador/catador perca os benefícios governamentais a que  
94 tem direito. Se houver um interesse maior que 10 participantes, está previsto um  
95 rodízio para ampliar a capacidade de incluir o máximo de participantes possíveis. A  
96 tendência é manter a participação das mulheres. O Senhor Aladim reforçou que no  
97 ano de 2023 foram cadastrados na SEMAM para receber o benefício da Andada 31  
98 catadores, a perspectiva é fazer com todos esses participem do projeto, mas tem  
99 que verificar quais são os interessados. A Senhora Rosicleia (Visitante) questionou  
100 porque a prioridade de recuperar a área destruída no Piraquê-Mirim, a Profa. Mônica  
101 esclareceu que lá são 500 hectares de mangue morto e por algum motivo a  
102 recuperação não está acontecendo naturalmente. Antes de finalizar, ela registrou a  
103 participação de outros docentes no projeto: Prof. Gilberto Barroso, Profa. Jaqueline  
104 Albino, Prof. Antelmo Falqueto e Prof. Andreia Gontijo. A Conselheira Ana Paula  
105 (Instituto Peroá) perguntou se há a explicação para o alto fator de degradação da  
106 área. A Profa. Mônica explicou que um dos fatores da degradação, está associada  
107 ao uso desordenado de água doce (falta de mata ciliar, ocupação irregular do solo,  
108 lençol freático mais profundo...), e que já está sendo controlado por meio das  
109 Barraginhas, e que há por parte dela um certo cuidado com algumas inferências a  
110 respeito destes fatores antes que haja uma publicação. A Conselheira Ana Paula  
111 questionou ainda se há algum projeto de recuperação de mata ciliar, e o Senhor  
112 Aladim informou que no início a demanda da UFES era essa, porém este não é

8

113 simples, e o esforço que a SEMAM tinha disponibilidade em fazer era o Projeto  
114 Barraginha, que tem uma resposta muito rápida, captando água doce nas  
115 pastagens. A Conselheira Ana Paula disponibilizou o Instituto Peroá para fazer uma  
116 parceria em relação a recuperação da mata ciliar após o mapeamento das  
117 propriedades que será feito por meio do projeto, ao que o Senhor Aladim se colocou  
118 à disposição para integrar essa proposta ao projeto. A Senhora Luciana (SOAST),  
119 questionou sobre a área a ser recuperada, ao que a Profa. Mônica relatou que o  
120 FUNBIO prevê que a área recuperada não seja contínua, dessa forma a previsão é  
121 recuperar 120 hectares no Piraquê-Mirim e 80 no Piraquê-Açu. O Conselheiro Diego  
122 (ASCAPÍ), questionou se há algum plano para o restante da área que não vai ser  
123 contemplado com esse projeto, a Profa. Mônica esclareceu que a ideia do projeto é  
124 criar multiplicadores e arrecadar outros recursos quando for necessário. O  
125 Conselheiro Wellington (APECI), complementou da importância da comunidade  
126 participar desses momentos que ampliam o entendimento dos eventos ocorridos no  
127 manguezal e manter a conversa com a comunidade pela experiência que eles têm e  
128 podem fornecer. Finalizada essa apresentação, passou-se para o **Item 4- Minuta de**  
129 **Resolução de Regras de pesca nos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim e seu**  
130 **estuário, no âmbito da reserva de RDS**, o Senhor Aladim começou esclarecendo  
131 que desde 2023 a SEMAM tem recebido muita reclamação da sobrepesca nos Rio  
132 Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim principalmente pela disposição exagerada de redes de  
133 pesca em todo o estuário, foram realizados duas ações de fiscalização em 2023 que  
134 resultaram na apreensão de duas grandes redes de pesca, e recentemente viralizou  
135 nas redes a denúncia feita por um casal sobre a pesca predatório utilizando  
136 explosivo no Piraquê, a SEMAM já tinha recebido esse tipo de denúncia por meio  
137 das lideranças locais, além de pescadores de fora colocando redes, barcos de pesca  
138 comercial lançando rede de arrasto... as ações fiscalizatórias demonstraram que  
139 essas situações aconteciam de fato. Foi realizada no início de março, logo após o  
140 fim do defeso, uma conversa com os pescadores e foi falado da intenção da criação

11

141 dessas regras. Recebemos algumas sugestões dos próprios pescadores e então  
142 buscamos informações das regras existentes, e chegamos em um apontamento  
143 específico de restrição de pesca dentro da RDS. Foi em certo momento questionado  
144 por um Conselheiro da competência da criação dessa regra antes da revisão do  
145 Plano de Manejo (PM), importante ressaltar que a RDS tem um PM que já define  
146 algumas questões foi realizada uma consulta à Procuradoria Geral (PROGE) do  
147 Município e eles nos deram a legitimidade para dar implantar a Resolução (Anexo I).  
148 Basicamente, foi feita uma caracterização, citamos as principais normas  
149 consultadas, os objetivos da RDS que já estão na lei de criação da RDS, a política  
150 nacional das comunidades tradicionais, uma instrução normativa do ICMBio que  
151 reúne as diretrizes sobre o perfil famílias beneficiárias. Foi realizada a leitura da  
152 Resolução (Anexo II) e foi aberto o debate com os conselheiros. O Senhor Márcio  
153 Américo (Instituto Peroá) falou da importância da integração da Gerência de  
154 Fiscalização, Educação Ambiental e a Comunidade para sucesso da Resolução,  
155 além disso ter uma definição clara da comunidade pesqueira e moradora, além disso  
156 em relação à pesca esportiva voltada para geração de renda com instrutores de  
157 dentro da própria comunidade. O Senhor Aladim ratificou que o perfil da família  
158 beneficiária da forma como está prevista na Resolução vai justamente ajudar a  
159 definir dentre outras coisas quem realmente vive de renda dos recursos da RDS. A  
160 Conselheira Ana Paula (Instituto Peroá), sugeriu deixar claro nos materiais de  
161 divulgação que a pesca com rede de emalhe é permitida apenas aos pescadores  
162 cadastrados com o perfil de família beneficiária. O Senhor Aladim acrescentou que  
163 esta Resolução é para solucionar justamente a questão das redes e que há outras  
164 questões mais complexas que poderão ser melhor discutidas com o PM. O  
165 Conselheiro Wellington ( APECI), questionou sobre o tamanho da malha da rede e da  
166 possibilidade de fazer uma carteirinha de identificação desses beneficiários. O  
167 Senhor Aladim esclareceu que na Resolução foi mantido o tamanho mínimo exigido  
168 em outras legislações e que a Carteirinha é um dos objetivos da Resolução. O

12

13

169 Conselheiro Jhonatas (Voz da Natureza) questionou sobre a limitação do número de  
170 redes por beneficiário, foi esclarecido que falta entendimento de qual seria o número  
171 ideal e que isso pode ser futuramente determinado. O Senhor Joceli (APESCAL),  
172 por sua vez levantou a dificuldade que seria cada pescador ficar vigiando uma ou  
173 mais redes como estava proposto na Resolução. O Senhor Aladim ratificou que o  
174 uso de 1/3 do rio está previsto em normas federais e o tamanho da malha (7 cm) é o  
175 mínimo permitido, e que a pesca assistida tem o objetivo de evitar a mortandade de  
176 animais que ficam presos na rede durante muito tempo e não limitou-se a  
177 quantidade de redes exatamente por não se saber ao certo o impacto que isso  
178 causaria na família beneficiária. Além disso, foi falado do aumento no esforço da  
179 fiscalização em estar mais presente, e que conta com o apoio de outras entidades  
180 como ICMBio, IBAMA e Polícia Ambiental. O Senhor Joceli (APESCAL) falou da  
181 dificuldade da pesca assistida de ser assimilada pela comunidade, ao que o Senhor  
182 Aladim sugeriu de retirar essa parte da Resolução. O Conselheiro Gabriel (EBMAR)  
183 questionou a limitação do número de malhas de rede e o Conselheiro Maik  
184 (Hippocampus) complementou da maior discussão desses questionamentos com a  
185 comunidade. O Conselheiro Diego (APESCAL), contou da sua experiência como  
186 pescador e que a realidade da pesca assistida é interessante mas difícil de ser  
187 executada mas que a marcação da rede é muito importante. O Senhor Aladim  
188 informou que o mais importante no momento é limitar a pesca aos beneficiários e  
189 que como sugestão seria retirar a pesca assistida e manter o restante. Aberta para  
190 votação, tivemos um voto contra, da Conselheira Zenir (AMIP) e uma abstenção, do  
191 Conselheiro Wellington (APECI), e os demais a favor, sendo portanto aprovada.  
192 Após um intervalo, e com uma inversão da ordem de apresentação por solicitação  
193 do palestrante e aprovação da plenária, seguiu-se para o **Item 6- Proposta de**  
194 **Plano de Manejo - Prof. Dr. Gilton Luis Ferreira/UFES**. O Senhor Aladim fez uma  
195 pequena introdução de que a Revisão do Plano de Manejo está prevista e aprovada  
196 no Plano de Trabalho de utilização do Recurso de Compensação Ambiental da RDS

14

15

197 e que o atual PM da RDS é muito antigo e está desatualizado. A proposta é criar um  
198 documento com base no “Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de  
199 Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais” elaborado pelo ICMBio,  
200 com planos de ação executáveis dentro das expectativas da comunidade e da  
201 gestão. Após algumas tentativas foi solicitado o apoio da UFES. O Prof. Gilton tem  
202 expertise e contará com o apoio técnico de uma pessoa do ICMBio especialista em  
203 PM. Feita essa introdução, foi passada a palavra ao Prof. Gilton para apresentação  
204 da proposta. O prof. Gilton e Prof. Alvim são professores do Curso de Administração  
205 e do curso de pós-Graduação em Engenharia de Desenvolvimento Sustentável que  
206 tem como objetivo promover a interação entre a Universidade, Governo, Empresas  
207 (Setores Públicos e Privados), e Organização da Sociedade Civil, além disso eles  
208 tem um grupo, Uirandê - Futuro Sustentável, coletivo de pesquisadores de diversas  
209 áreas comprometidos com estudo, pesquisa e extensão no campo da  
210 sustentabilidade. O prof. Gilton destacou alguns trabalhos executados pela equipe:  
211 Leis de ordenamento territorial, Projetos Regularização Fundiária, Plano Diretor  
212 Municipal, Código de Meio Ambiente, Plano de Proteção de Bacias Hidrográficas,  
213 Estudos para a Contenção de Encosta, Estudo Implantação Corredor Ecológico,  
214 Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental, Plano de Desenvolvimento Local  
215 Sustentável, Programa de Educação Ambiental, Planos Reassentamento Famílias,  
216 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, Plano de Habitação. Feita essa  
217 introdução da experiência do grupo passou-se ao tema central, que é o PM. Para o  
218 desenvolvimento deste, foram traçadas algumas diretrizes a partir da metodologia do  
219 ICMBio: Alinhamento Institucional, Participação Social e Transparência, Capacidade  
220 Estatal, Comunicação e Populações tradicionais. Dentro da metodologia ainda estão  
221 previstos a definição dos **Componentes fundamentais**: missão da Unidade de  
222 Conservação (UC) (geralmente não mudam com o tempo), Propósito (expressa para  
223 que serve a UC, embasado em seus objetivos de criação, Significância (definem  
224 porque a UC é especial e importante no contexto global, nacional, regional e

16

17

225 sistêmico), Valores fundamentais (o que a UC possui de mais importante: aspectos  
226 ambientais, sociais, culturais, históricos, paisagísticos, entre outros). **Componentes**  
227 **dinâmicos**: elementos que mudam com o tempo. Dados e planejamentos: definem  
228 os planos e estudos específicos a serem desenvolvidos de acordo com o contexto  
229 de cada UC; Interpretação ambiental: contribui para o fortalecimento da  
230 compreensão sobre a importância da UC. Banco de dados geoespaciais:  
231 informações espacializadas da UC e do PM. **Componentes normativos**: são as  
232 normas gerais de uso e gestão do território da UC. Atos legais e administrativos: são  
233 requisitos que devem ser observados pelos gestores e usuários. Normas gerais:  
234 regras que regem o uso e o manejo dos recursos naturais da UC. Zoneamento:  
235 ordenamento que estabelece usos diferenciados para cada zona de manejo. Essas  
236 três partes são elaboradas em conjunto e compõem o documento principal do PM,  
237 sendo a base para o desenvolvimento da quarta parte. **Planos e Estudos**  
238 **Específicos**: definidos de acordo com a necessidade e o contexto de cada UC,  
239 compõem o portfólio do PM. Planos específicos: orientam a gestão de áreas  
240 específicas da UC: planos de educação ambiental, de monitoramento da  
241 biodiversidade, de uso sustentável de recursos naturais, etc. Estudos específicos:  
242 organização de informações importantes para subsidiar a gestão, a elaboração de  
243 planos específicos, ou identificar e monitorar a condição dos Recursos e Valores  
244 Fundamentais. A estratégia de execução do PM: 1ª Etapa – planejamento, visita de  
245 campo e reunião do Conselho Deliberativo da RDSM. 2ª Etapa – Coleta e análise  
246 das informações e criação de repositório (biblioteca virtual). 3ª Etapa – Diagnóstico  
247 Participativo (reuniões abertas, setoriais, do Conselho Deliberativo) e elaboração do  
248 Guia do Participante. 4ª Etapa – Planejamento e realização da oficina de revisão,  
249 com Conselho Deliberativo da UC. 5ª Etapa – Aprovação do PM da RDSM Piraquê-  
250 Açú e Piraquê-Mirim. A equipe estará trabalhando como atividade de extensão e  
251 distribuídos: Coordenação – pesquisador, Dr., exper. em coord. equipe  
252 multidisciplinar. Social – pesquisadoras, Dras., experiência em trabalhos de caráter

18

19

253 participativo. Ambiental – pesquisadores, Dr., com experiência na área ambiental e  
254 em geoprocessamento. Territorial – pesquisadores, Dr. e Msc., com exp. trabalhos  
255 de planejamento territorial. Institucional – pesquisador, Dr., com exp. em  
256 planejamento e gestão pública. Jurídico - prof. exp. planejamento territorial.  
257 Comunicação – audiovisual e mídias sociais. Acadêmicos - graduação e pós-  
258 graduação. As etapas estão distribuídas no cronograma de 12 meses de execução  
259 com contrato de 18 (prevendo as intercorrências) o valor de R\$ 748.893,51  
260 (setecentos e quarenta e oito mil e oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e  
261 um centavos). Finalizada apresentação o Senhor Aladim fez algumas considerações,  
262 a ideia não é trabalhar primordialmente com dados primários mas sim organizar todo  
263 o conhecimento já existente sobre a UC, a importância de utilizar a Universidade ao  
264 invés de uma empresa de consultoria, que além do diminuição do custo também  
265 estimula a extensão universitária. A administração do recurso será realizada pela  
266 FEST, a mesma que está no projeto do FUNBIO da Profa Mônica e tem um custo de  
267 23% de taxa (10% destinado a FEST e 13% a UFES). A Conselheira Luciana  
268 (SOAST) questionou sobre o Zoneamento e extensão da RDS, se eles estão  
269 previstos para esse PM. O Prof Gilton confirmou que a oportunidade é essa mesmo,  
270 e que inclusive serão considerados outros planos como o Plano Diretor Municipal  
271 (PDM). O Senhor Márcio Américo (Instituto Peroá) questionou sobre a melhor forma  
272 de tornar mais dinâmica a biblioteca eletrônica da RDS que se pretende criar e fixar  
273 um painel de indicadores socioambientais, e falou sobre seu temor de estender os  
274 limites da RDS até Santa Cruz por esse território ter características muitas distintas  
275 do limite atual. O prof. Gilton ratificou que os estudos que estão sendo propostos na  
276 reunião já podem servir com um observatório da RDS que é muito maior que um  
277 repositório. A Conselheira Ana Paula (Instituto Peroá) demonstrou sua preocupação  
278 com o sucateamento da Base Oceanográfica e se esse projeto teria como priorizar  
279 mão de obra especializada e o espaço local, se parte do recurso que está sendo  
280 aplicado na UFES teria como ser revertido para a Base. O Prof. Alvim certificou de

20

21

281 que parte da taxa vai ser revertida para a Base e que projetos como esse são o que  
282 mantêm a instituição funcionando. O Senhor Aladim ressaltou que em conversa com  
283 pesquisadores fala-se de várias pesquisas que foram e estão sendo realizadas nos  
284 Rios e que a SEMAM não têm conhecimento, e que esse Repositório é agrupar  
285 esses dados . A proposta entrou em votação pela plenária e foi aprovada por  
286 unanimidade. Dando prosseguimento a reunião, seguiu-se então ao **Item 5- Projeto**  
287 **“Ictiofauna ameaçada da bacia do Rio Doce e sua conectividade com a região**  
288 **marinha costeira adjacente” – Prof. Dr. Maurício Hostim/UFES.** O Prof. Maurício  
289 começou falando que sempre teve a intenção de começar algum trabalho com  
290 Meros no Piraquê, ele que já trabalha há 20 anos com a espécie destacou que aqui  
291 no ES é um dos únicos locais que se encontra juvenis. Em 2021 em um projeto com  
292 a Jurong e o IFES ele teve a oportunidade de fazer um trabalho de monitoramento  
293 na área o que despertou ainda mais a vontade de desenvolver mais pesquisas na  
294 região. Até que surgiu a oportunidade de submeter um projeto ao FUNBIO e ter a  
295 aprovação de R\$ 800.000 mil (oitocentos mil) para trabalhar no Rio Doce e neste  
296 projeto foi possível incluir a RDS. Como o que foi proposto de ser desenvolvido na  
297 RDS não se limita a apenas uma espécie, mas outras como outras de água doce  
298 com interesse comercial. O Senhor Aladim, acrescentou que a algum tempo que a  
299 gestão tem buscado alternativas de melhorar o entendimento da riqueza das  
300 espécies de peixes no Piraquê, foi feita uma conversa com o IFES e que não  
301 evoluiu. Como o Prof. Mauricio teve esse projeto aprovado pelo FUNBIO e foi  
302 vislumbrada a oportunidade de reunir informações mais precisas sobre a nossa  
303 ictiofauna. Feita essa introdução passou-se a palavra ao Pesquisador Dr. Mario  
304 Condini. Este começou falando da importância do estudo destes recursos  
305 pesqueiros para definição de regras como a Resolução aprovada na reunião. O  
306 projeto aprovado pelo FUNBIO listava 10 espécies ameaçadas que ocorrem na  
307 região do Rio Doce, no qual os estudos indicaram onde essas espécies se  
308 distribuem, se reproduzem... todas essas informações são importantes para a

22

309 conservação das espécies. As áreas de estudo serão ao longo do Rio Doce, o  
310 estuário de São Mateus, Barra Seca e o Piraquê. Uma das técnicas utilizadas é de  
311 genética que consegue confirmar precisamente as diferentes espécies existentes  
312 nos estuários. Uma parte complementar é a pesquisa de campo com os pescadores,  
313 para poder juntar informações do passado sobre a ocorrência das espécies (mudou  
314 muita coisa até o presente momento? se mudou o local de ocorrência? frequência?).  
315 Outra metodologia a ser utilizada é o estudo do otólito, que contém todas as  
316 informações do peixe, como idade, por exemplo, se nasceu na água doce ou  
317 salgada, ou o contrário. Essas informações são importantes para criação de áreas  
318 prioritárias de conservação. Com os meros, é colocado um chip na barriga do peixe  
319 para acompanhar o seu desenvolvimento, a técnica de telemetria. Junto a tudo isso  
320 construir junto à comunidade informações para a educação ambiental sobre a  
321 importância das espécies. Isso vai ser feito com o recurso aprovado no Edital do  
322 FUNBIO, e para estender a aplicação da técnica de telemetria para outras duas  
323 espécies com 20 indivíduos cada no Piraquê está sendo proposta a aquisição de  
324 mais 40 chips com o recurso da RDS no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil  
325 reais) sem custo de pessoal e outros equipamentos. Após a apresentação foi aberta  
326 a discussão. O prof. Gilton questionou se essas informações podem ser utilizadas  
327 para zoneamento, importante para uso e atividade desse território. O Prof. Mauricio  
328 confirmou que sim pelo georreferenciamento que foi criado com as informações  
329 geradas. A Conselheira Luciana (SOAST) perguntou se daria para ampliar com  
330 outros organismos, como camarão e caranguejo. O Senhor Condini informou que  
331 com essa técnica a princípio não, mas que existem outras formas de monitoramento  
332 que podem ser realizadas. O Senhor Aladim abriu a votação para aprovação da  
333 utilização desse recurso, que foi aprovado por unanimidade. Dado o avançar do  
334 horário a reunião foi encerrada. O presidente do Conselho encerrou a décima  
335 segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva de  
336 Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim às

25

337 dezessete horas e quinze minutos eu, Priscilla Nobres \_\_\_\_\_

338 lavrei a presente ata em vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

339

340

Presidente

341

SEMAM

SEMTUR

IFES

IDAF

AMIP

ICMBio

Instituto Peroá

Voz da Natureza

EBMAR

CEDAGRO

APESCAL

Hippocampus

ASCAPI

APECI

CICASC

SOAST

AGRIBOVIS

342